

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Citi, na Argentina. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas de categorias, que juntas compõem o principal evento automobilístico nacional.

Em curso de seu plano de expansão operacional, em março de 2012 a Companhia adquiriu o controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. e iniciou nova atividade no segmento de locação de equipamentos e acessórios gerais para a promoção de eventos.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a

avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes

eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que

estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir a potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para

venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação cambial ou monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via

internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” (nomeação das casas de espetáculos) e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária

sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e

passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

- (1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.
- (2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.
- (3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço

patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído (nota explicativa nº 34).

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Reclassificações

Os gastos líquidos com a emissão de ações anteriormente apresentados como redução do capital social em 31 de dezembro de 2011, foram reclassificados para conta específica de reserva no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos anteriormente apresentados brutos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados no nível de entidade legal e estão sendo apresentados pelo líquido.

Para fins de melhor apresentação, certos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2011 dos grupos de “Contas a receber” e “Fornecedores” para “Outras contas a receber” e “Outras obrigações”, respectivamente. Adicionalmente foram reclassificados na Demonstração do Valor Adicionado e no Fluxo de Caixa certos valores para melhor apresentação no período findo em 31 dezembro de 2011.

cc) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não-financeiros, para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações do valor justo, exceto em determinados casos. Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente - As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

Modificações à IFRS 7 - Divulgação – Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

IAS 16 – Imobilizado - As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado conforme estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 e de outra forma, como estoque.

Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não identificou efeitos relevantes que possam afetar as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de dezembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Nenhuma evidência foi identificada que justificasse a contabilização de provisão.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>		<u>2012</u>	<u>2011</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Pop Art S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	-	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e a receita líquida dos exercícios de 2012 e de 2011:

Saldos em 31 de dezembro de 2012:

<u>Controladas:</u>	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Receita Líquida</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	624	45	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	24.751	3.156	4.440
Metropolitan Empreendimentos S.A.	12.953	3.670	10.460
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	13.201	1.735	21.263
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	151.369	62.285	202.413
T4F USA Inc.	1.420	-	1.898
Ticket Co. SpA	60.307	3.899	7.758
Vicar Promoções Desportivas S.A.	26.764	6.572	48.937

Saldos em 31 de dezembro de 2011:

<u>Controladas:</u>	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Receita Líquida</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	1.281	157	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	13.920	4.794	11.042
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.056	4.174	20.101
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	112.886	61.515	145.356
T4F USA Inc.	3.310	1.290	17.103
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.468	5.064	39.611

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (95%), Ticketmaster Argentina S.A. (95%), Ticketek Argentina S.A. (5%), Clemente Lococo S.A. (95%), Pop Art S.A. (100%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a

B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (5%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (95%) e Ticketmaster Argentina S.A. (5%).

- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. (controlada integral - 100%) - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (controlada – 69,48%) – tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	4.219	7.946	10.974	24.354
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	-	5.434
Certificado de Depósito Bancário - CDB/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	9.223	60.982	20.002	65.905
Operação compromissada - DI (b)	107.813	156.083	118.064	166.161
Money Market (c)	-	-	531	1.423
Total	<u>121.255</u>	<u>225.011</u>	<u>149.571</u>	<u>263.277</u>

- Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.
- CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 97,4% a 101% da variação do CDI (98% a 102% em 31 de dezembro de 2011), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- Aplicação no exterior de liquidez imediata em Money Market, com rendimento de 0,60% ao ano, sem prejuízo no resgate. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo é de US\$260 mil.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$13.715 (R\$14.457 em 31 de dezembro de 2011). Em 31 de dezembro de 2012, estavam aplicados R\$409 em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 99% da variação do CDI. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Clientes faturados (i)	25.423	4.401	53.510	14.836
Billheteria (ii)	8.110	21.289	20.345	28.302
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	19.833	16.757	34.859	17.896
Total das contas a receber	53.366	42.447	108.714	61.034
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39)	(144)	(1.151)	(1.072)
Total	53.327	42.303	107.563	59.962

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
A vencer:	52.126	40.909	87.499	52.474
Vencidas:				
Até 30 dias	853	1.390	7.240	2.895
De 31 a 60 dias	-	4	9.233	2.990
De 61 a 90 dias	334	-	1.581	378
De 91 a 180 dias	-	39	1.281	748
Há mais de 180 dias	53	105	1.880	1.549
Total das contas a receber	53.366	42.447	108.714	61.034

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137	2.107
(+) Adições	1.814	2.136
(-) Reversões e baixas	<u>(1.807)</u>	<u>(3.171)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	144	1.072
(+) Adições	-	316
(-) Reversões e baixas	<u>(105)</u>	<u>(237)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>39</u>	<u>1.151</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	1.177	1.178	8.150	4.542
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.330	400	4.799	3.059
Programa de Integração Social - PIS	-	18	52	78
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	81	240	360
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	2.556	259
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	3.895	4.351
Outros	262	145	820	532
Total	<u>3.769</u>	<u>1.822</u>	<u>20.512</u>	<u>13.181</u>

- (i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.373	3.714	7.691	6.991
Outros	252	217	1.145	517
Total	<u>1.625</u>	<u>3.931</u>	<u>8.836</u>	<u>7.508</u>

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente e já faturados pelos fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, e substancialmente representados por cachês dos artistas e itens de produção, sendo apropriados ao resultado à medida de sua realização.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Eventos, shows e espetáculos contratados	5.419	23.870	24.996	50.668
Outros	527	556	2.089	2.479
Total	<u>5.946</u>	<u>24.426</u>	<u>27.085</u>	<u>53.147</u>
Circulante	5.753	24.303	23.560	52.520
Não circulante	193	123	3.525	627

As parcelas para a apropriação no resultado, para os eventos, shows e espetáculos contratados, tem a seguinte composição:

Ano	Controladora	Consolidado
	2012	2012
1º trimestre de 2013	3.662	17.782
2º trimestre de 2013	1.113	1.390
3º trimestre de 2013	287	632
4º trimestre de 2013	164	1.667
A partir de 2014	193	3.525
Total	<u>5.419</u>	<u>24.996</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

Controladora:

		2012			2011		
				Receita			Receita
		Ativo não	Passivo	(Despesa)	Ativo não	Passivo	(Despesa)
Categoria		circulante	circulante	financeira	circulante	circulante	financeira
Área Marketing Brasil Ltda.	Controlada	-	-	-	77	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	692	1.511	-	-	-	-
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	415	-	(26)	435	-	16
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	4.920	-	940	4.072	-	291
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	60	-	-	-	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	342	571	-	-	252	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (ii)	Acionista	727	-	207	1.260	-	152
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	1.327	-	-	90	-
T4F Chile S.A. (iii)	Controlada indireta	568	11.384	(1.533)	-	14.276	(1.632)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	Controlada indireta	3.396	1.181	(116)	2.351	567	319
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	12.446	-	(190)	12.532	-	1.661
T4F USA Inc.	Controlada	-	295	(67)	-	271	(28)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	170	10	-	108	-	-
Total		23.736	16.279	(785)	20.835	15.456	779

Consolidado:

		2012			2011		
				Receita			Receita
		Ativo não	Passivo	(Despesa)	Ativo não	Passivo	(Despesa)
Categoria		circulante	circulante	financeira	circulante	circulante	financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	8.093	-	1.181	6.069	-	519
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	106	-	7	-	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (ii)	Acionista	727	-	207	1.260	-	152
Total		8.926	-	1.395	7.329	-	671

- (i) No ativo são representados principalmente pelos valores a receber dos contratos de mútuo assinados em julho de 2009, entre a Companhia e as controladas T4F Entretenimientos Argentina S.A., e controlada T4F Inversiones S.A., nos montantes de AR\$5.206 mil e AR\$25.654 mil, respectivamente, ambos em decorrência de deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, não serão integralizados ao capital social das referidas controladas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente as controladas possuem algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas momentâneas adotadas pelo governo da Argentina, tais contratos estão sendo tratados como parte do investimento líquido nessas controladas. No passivo são representados por valores a pagar referentes a serviços de produção.
- (ii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V., Ocesa Entretenimiento S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste

período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures.

Adicionalmente, os dividendos que seriam distribuídos à tais acionistas normalmente, são retidos para liquidação destes saldos. Sendo assim, em 11 de julho de 2012, a parcela de dividendos distribuídos pela Companhia e pagos ao ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$1.393, foi retida para liquidação parcial desse valor.

- (iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil, parcialmente amortizado em maio de 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012, há apenas uma carta de fiança em aberto (“Standby letter”) para garantir operação na Argentina no valor de US\$ 3.000 mil (R\$6.170), com vencimento em 26 de junho de 2013.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2012			2011		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	246	-	246	246	-	246
Conselho Fiscal	114	-	114	-	-	-
Diretores estatutários	4.590	2.353	6.943	4.789	2.644	7.433
Total	4.950	2.353	7.303	5.035	2.644	7.679

Consolidado	2012			2011		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	246	-	246	246	-	246
Conselho Fiscal	114	-	114	-	-	-
Diretores estatutários	5.442	2.856	8.298	5.040	2.862	7.902
Total	5.802	2.856	8.658	5.286	2.862	8.148

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi fixado em R\$11.200.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2012

	Patrimônio	Lucro (prejuízo) líquido do	Participação	Equivalência		Investimentos
Controladas diretas ou indiretas	líquido	exercício	- %	patrimonial	Dividendos	em controladas
Área Marketing Brasil Ltda.	579	(545)	99,99	(545)	-	579
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	20.903	(1.100)	69,48	(764)	-	14.523
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.945	(182)	99,99	(182)	-	8.944
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.823	6.588	99,99	6.587	(1.647)	9.823
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.663	(17.358)	100,00	(17.358)	-	42.663
T4F USA Inc.	1.413	(721)	100,00	(721)	-	1.413
Ticket Co. SpA.	2.885	2.842	100,00	2.842	-	2.885
Vicar Promoções Desportivas S.A.	17.852	8.457	75,00	6.343	(1.506)	13.389
Total				<u>(3.798)</u>	<u>(3.153)</u>	<u>94.219</u>

a.2) 31 de dezembro de 2011

	Patrimônio	Lucro líquido do	Participação	Equivalência		Investimentos
Controladas diretas ou indiretas	líquido	exercício	- %	patrimonial	Dividendos	em controladas
Área Marketing Brasil Ltda.	1.124	79	99,99	79	(245)	1.124
Metropolitan Empreendimentos S.A.	9.126	890	99,99	890	(211)	9.126
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	4.883	6.431	99,99	6.431	(5.249)	4.883
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.371	5.482	100,00	5.482	-	51.371
T4F USA Inc.	2.020	627	100,00	627	-	2.020
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.402	4.030	75,00	3.022	(718)	8.552
Total				<u>16.531</u>	<u>(6.423)</u>	<u>77.076</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 2012 e em 2011.

	2012	2011
	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
Saldo inicial do investimento líquido	77.076	64.482
Equivalência patrimonial	(3.798)	16.531
Variação cambial na conversão de operações no exterior	8.806	2.486
Aquisição de controle da Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A. (i)	15.288	-
Dividendos de controladas	(3.153)	(6.423)
Saldo final do investimento líquido	<u>94.219</u>	<u>77.076</u>

- (i) Em 30 de março de 2012 a Companhia realizou: (i) aquisição de participação societária da referida empresa no valor de R\$4.000; (ii) contribuição de capital no valor de R\$13.300, sendo R\$12.300 em equipamentos e R\$1.000 em caixa, perfazendo um investimento total de R\$ 17.300, dos quais R\$1.771 estão registrados como ágio na aquisição de investimentos e R\$241 como ativo intangível, na rubrica marcas e patentes.

b) Ágio na aquisição de investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.204
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	-	1.771	-
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A.	-	-	6.305	6.608
Total	<u>130.488</u>	<u>128.717</u>	<u>136.793</u>	<u>135.325</u>

- (i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.
- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de “Purchase Price Allocation (PPA)”. Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$ 1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.
- (vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Em 31 de dezembro de 2012, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 11,1% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 5%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa foram as seguintes:

Incremento na receita líquida

- A Administração projeta o crescimento da receita com foco na expansão geográfica, expansão operacional e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada. O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Em linhas gerais, o crescimento esperado foi estimado em 5% acima da inflação.

Margem bruta projetada

- Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade associada a esperadas melhorias de eficiência.

Inflação dos preços dos ingressos

- Foram consideradas as previsões para os índices de preços ao consumidor dos países em que a Companhia atua para o período das projeções.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Custo reavaliado:					
Terrenos	-	-	-	444	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	73.784	82.871	98.377	106.999
Móveis e utensílios	6	4.714	7.110	9.617	11.090
Máquinas e equipamentos	7	10.779	14.532	29.225	19.408
Equipamentos de processamento de dados	17	6.618	5.800	11.137	9.778
Estruturas	10	324	-	10.814	-
Veículos	20	661	661	5.442	4.195
Adiantamento de imobilizado	-	165	150	172	176
Total		<u>97.045</u>	<u>111.124</u>	<u>165.228</u>	<u>152.111</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em					
propriedades de terceiros	13	(72.198)	(76.395)	(89.982)	(93.165)
Móveis e utensílios	6	(2.398)	(2.181)	(5.444)	(4.618)
Máquinas e equipamentos	7	(5.057)	(4.638)	(10.131)	(7.118)
Equipamentos de processamento de dados	17	(4.341)	(3.668)	(8.123)	(6.892)
Estruturas	10	-	-	(1.107)	-
Veículos	20	(423)	(303)	(1.611)	(728)
Total		(84.417)	(87.185)	(116.398)	(112.521)

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	444	465
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	1.586	6.476	8.395	13.834
Móveis e utensílios	6	2.316	4.929	4.173	6.472
Máquinas e equipamentos	7	5.722	9.894	19.094	12.290
Equipamentos de processamento de dados	17	2.277	2.132	3.014	2.886
Estruturas	10	324	-	9.707	-
Veículos	20	238	358	3.831	3.467
Adiantamento de imobilizado		165	150	172	176
Total		12.628	23.939	48.830	39.590

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Custo	-	6.003	4.874	12.972	11.728
Amortização	20	(3.369)	(2.824)	(8.966)	(8.375)
Total		<u>2.634</u>	<u>2.050</u>	<u>4.006</u>	<u>3.353</u>

c) Composição do imobilizado reavaliado

c.1) 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Controladora:

	2012			2011
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	761	(318)	443	508
Máquinas e equipamentos	2.274	(633)	1.641	1.771
Equipamentos de processamento de dados	283	(184)	99	128
	<u>28.652</u>	<u>(26.469)</u>	2.183	2.407
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(742)	(818)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.441</u>	<u>1.589</u>

Consolidado:

	2012			2011
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.343	(704)	639	736
Máquinas e equipamentos	4.066	(1.672)	2.394	2.584
Equipamentos de processamento de dados	409	(297)	112	148
	<u>31.152</u>	<u>(28.007)</u>	3.145	3.468
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.069)	(1.179)
Eliminações do consolidado (i)			(635)	(700)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.441</u>	<u>1.589</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	23.939	12.123	39.590	23.452
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	777	5.740	1.347	7.732
Móveis e utensílios	232	2.807	1.026	3.372
Máquinas e equipamentos	951	4.883	14.492	5.276
Equipamentos de processamento de dados	1.265	967	1.629	1.524
Estruturas	1.073	-	11.520	-
Veículos	73	304	1.407	3.668
Adiantamento de imobilizado	14	150	15	164
Total de adições	4.385	14.851	31.436	21.736
Baixas líquidas	(13.169)	(842)	(13.206)	(877)
Depreciação	(2.527)	(2.193)	(8.782)	(4.909)
Efeitos de variação cambial	-	-	(208)	188
Saldo final	12.628	23.939	48.830	39.590

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$887, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado da Companhia são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não estão obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2012, há aproximadamente R\$1.300, ainda em uso, totalmente depreciados.

Em função da reavaliação efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos seus ativos aproximam-se dos valores justos.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	2.050	1.944	3.353	2.161
Adições:				
Software	893	631	1.578	1.855
Marcas e patentes	241	-	241	-
Amortização (*)	(548)	(525)	(1.090)	(671)
Baixas líquidas	(2)	-	(76)	8
Saldo final	<u>2.634</u>	<u>2.050</u>	<u>4.006</u>	<u>3.353</u>

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fornecedores nacionais	21.927	17.225	58.967	35.813
Fornecedores estrangeiros	165	6.100	1.288	8.175
Total	<u>22.092</u>	<u>23.325</u>	<u>60.255</u>	<u>43.988</u>

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Debêntures (a)	CDI + 1,47% a 2,09%	95.925	135.681	95.925	135.681
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 24%	-	-	14.425	-
Total		<u>95.925</u>	<u>135.681</u>	<u>110.350</u>	<u>135.681</u>
Parcela do passivo circulante		39.675	41.931	54.100	41.931
Parcela do passivo não circulante		56.250	93.750	56.250	93.750

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série

única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

a.1) Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.
- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
- vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
- vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
- viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
- x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

a.2) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.

- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2014	37.500
2015	18.750
Total	<u>56.250</u>

b) Empréstimos e financiamentos

As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows de grandes artistas internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas e descritas a seguir:

- i) Modificações na situação patrimonial do prestador da garantia, fiador ou avalista conforme o caso;
- ii) Falha ou inexatidão de qualquer das declarações e garantias formuladas no requerimento da linha de crédito;
- iii) Caso a adquirente do empréstimo entre em concordata ou falir, ou estes requerimentos forem pedidos por terceiros;
- iv) Caso a adquirente do empréstimo proponha um acordo preventivo extrajudicial com seus credores ou incorrer no não pagamento dos mesmos;
- v) Não cumprimento de qualquer outra obrigação que a adquirente tenha contraído com o banco ou com qualquer outro credor, seja este financeiro ou não;
- vi) Se a adquirente se negar a facilitar as verificações ou reemitir as informações que conforme mencionado em contrato é obrigada a apresentar ao Banco ou ao Banco Central da Republica Argentina.
- vii) Falta de pagamento dos juros e do principal em seu vencimento;
- viii) Caso seja ordenado algum embargo, restrição ou outra medida cautelar sobre os bens da adquirente;
- ix) Seja identificado qualquer outra circunstancia que a critério do banco afete a solvência da adquirente (incluindo, mas não se limitando a liberação de cheques sem fundos

suficientes da adquirente; sua suspensão ou inabilitação para operar pagamentos; o protesto de documentos garantidos e endossados entregues pela adquirente; o fechamento de suas contas correntes

- x) A adquirente se obriga a comunicar previamente ao Banco qualquer processo de reorganização societária, modificação de seu objeto social, mudança de controle direto ou indireto que a mesma esteja envolvida.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
COFINS a recolher	3.377	2	4.272	203
PIS a recolher	732	1	930	47
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.417	4.659	4.980	5.069
IRPJ e CSLL a recolher	-	1.245	6.584	5.063
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	569	615	569	615
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	1.031	1.000
IVA	-	-	23	1.558
Outros	624	543	1.059	1.632
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	798	1.010
Passivo circulante	<u>9.719</u>	<u>7.065</u>	<u>20.246</u>	<u>16.197</u>
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	5.356	6.113	5.356	6.113
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.407	2.313
Passivo não circulante	<u>5.356</u>	<u>6.113</u>	<u>6.763</u>	<u>8.426</u>

- (a) Parcelamentos de débitos tributários: em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive

relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

O valor consolidado destes débitos é de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. O saldo restante objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em de junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo remanescente era de R\$4.565.

- (b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2012 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.360.

- (c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.
- (d) Em 31 de dezembro de 2012 as controladas no exterior T4F Entretenimento Argentina S.A (i, ii) e Ticketeck Argentina S.A (iii) são participantes de programas de negociação de impostos junto as autoridades fiscais locais argentinas para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 3 de novembro de 2009 e 25 de fevereiro de 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 23 e 29 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 31 de agosto de 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 80 meses).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contratos de “naming rights” (a)	1.080	1.253	1.790	1.739
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	16.364	7.361	18.771	19.086
Eventos privados (b.2)	1.270	600	1.576	1.100
Vendas antecipadas de ingressos (c)	4.819	46.522	6.603	47.347
Intermediação de shows	-	-	-	114
Passivo circulante	<u>23.533</u>	<u>55.736</u>	<u>28.740</u>	<u>69.386</u>

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor aprovado	2012	2011
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	-	3
A Família Addams	11 7286	13.617	19	8.650
Esplendores do Vaticano	11 13405	8.388	361	-
Mamma Mia	09 7620	13.396	-	1.490
Sky Mirage	10 12564	5.893	-	51
Titanic	10 12582	2.986	-	1.136
O Rei Leão	12 6769	11.702	7.655	-
Total		61.949	8.035	11.330

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	2011	Adições	Baixas	2012
As Bruxas de Eastwick	3	35	(38)	-
A Família Addams	8.650	4.520	(13.151)	19
Esplendores do Vaticano	-	5.230	(4.869)	361
Mamma Mia	1.490	162	(1.652)	-
Sky Mirage	51	5	(56)	-
Titanic	1.136	28	(1.164)	-
O Rei Leão	-	8.000	(345)	7.655
Total	11.330	17.980	(21.275)	8.035

Controladora	2010	Adições	Baixas	2011
As Bruxas de Eastwick	-	4.824	(4.821)	3
CATS	253	156	(409)	-
A Família Addams	-	8.650	-	8.650
Mamma Mia	3.132	7.813	(9.455)	1.490
Sky Mirage	-	2.246	(2.195)	51
Titanic	-	1.714	(578)	1.136
Total	3.385	25.403	(17.458)	11.330

Consolidado	2010	Adições	Baixas	2011
As Bruxas de Eastwick	-	4.824	(4.821)	3
CATS	253	156	(409)	-
A Família Addams	-	8.650	-	8.650
Mamma Mia	3.132	7.813	(9.455)	1.490
Sky Mirage	-	2.246	(2.195)	51
Slava's	40	-	(40)	-
Stomp	41	-	(41)	-
Titanic	-	1.714	(578)	1.136
Total	<u>3.466</u>	<u>25.403</u>	<u>(17.539)</u>	<u>11.330</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Trabalhistas	5.056	7.376	6.419	8.144
Cíveis	10.765	8.059	12.213	9.374
Tributários	-	1.756	2.271	4.597
Total	<u>15.821</u>	<u>17.191</u>	<u>20.903</u>	<u>22.115</u>
Circulante	454	3.034	458	3.182
Não circulante	15.367	14.157	20.445	18.933

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$39.698 (R\$28.084 em 31 de dezembro de 2011).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2012, o montante global desses processos, classificados como perda possível é de aproximadamente R\$7.893, e não há processos classificados como perda provável. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços

para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

- b) Em abril de 2011 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$5.074, para 31 de dezembro de 2012. Embora tenha havido julgamento de subsistência dos autos, foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial de seu objeto em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento. De acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.
- c) Em novembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e reflexos, relativos a (i) suposta manutenção de passivo fictício e (ii) glosa de valores amortizados, do ano-calendário 2002. Já houve julgamento parcialmente favorável para a Companhia, inclusive em sede de recurso, e aguarda-se a publicação da decisão. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é provável. Em 31 de dezembro de 2012 o valor discutido, atualizado, é de R\$643.
- d) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2012, o valor atualizado do processo é R\$9.100.
- e) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2012, o valor atualizado deste processo é de R\$3.813.
- f) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2012, o valor atualizado dos dois processos é de R\$8.394.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$11.039 (R\$7.330 em 31 de dezembro de 2011).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de dezembro de 2012 encontra-se em fase de execução da sentença proferida, não havendo recurso pendente de julgamento. O valor bruto em discussão é de R\$1.978.
- b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução (produção de provas) e o julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de aproximadamente R\$4.366, cuja probabilidade de perda é possível.
- c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto contra T4F Entretenimientos Argentina S.A. e a Companhia. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A controlada, citada em 22 de junho de 2012, apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.839, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

As principais alegações no Brasil advêm de violação às normas consumeristas e na Argentina perseguem-se responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais processos cíveis classificados como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$68.188 (R\$61.514 em 31 de dezembro de 2011).

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$31.168 em 31 de dezembro de 2012 (que correspondente a 1/3 do total pleiteado), conforme descrito a seguir: em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, se refere a ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que

satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando totalmente improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

- b) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy do Brasil Ltda. pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy do Brasil Ltda. foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. Referido período foi reduzido para 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005, em julgamento de recurso de apelação da Companhia. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e é estimado em aproximadamente R\$9.800 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.
- c) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou recursos e aguarda o seu julgamento definitivo. O valor da condenação, se mantida a decisão recorrida, deve ser apurado em liquidação da decisão. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável; (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A Companhia apresentou defesa e a ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação; e (iii) Ação Civil Pública proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$500, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer outra taxa semelhante, quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica, por telefone ou em pontos adicionais à bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público de Olinda e Salvador quando das apresentações da turnê “Quidam”, nas

aludidas localidades, nos períodos de junho/2009 até agosto/2009 e agosto/2009 até setembro/2009, respectivamente, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$100, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

- e) A Companhia é parte passiva, juntamente com terceiro (“Os Independentes”), em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em Agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes definidas pelo promotor do evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, no período de 21 até 31 de agosto de 2008. Houve acordo entre a autora e o promotor do evento referido, remanescendo obrigação de restituir valores a consumidores que porventura se habilitarem nos autos do processo e comprovarem a condição de beneficiários do desconto (observados os prazos de prescrição e decadência), motivo pelo qual o valor da condenação deverá ser oportunamente apurado, em liquidação de sentença. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento, e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável.
- f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por alegados danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa, na data de sua distribuição em junho de 2011 é de R\$ 9.600, sendo que em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.717. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004, no âmbito das comemorações pelo aniversário da cidade de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2012 o valor em discussão é de R\$727. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- h) A Companhia, até 31 de dezembro de 2012 foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, sendo que os autos de infração envolvem o valor de R\$3.012. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes

no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos tem probabilidade de perda avaliada como possível, e os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, poderá discutir tais autuações na esfera judicial.

- i) Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia figurava como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do seguinte imóvel: Credicard Hall – São Paulo. Em 30 de maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de 15 de janeiro de 2010 até 30 de junho de 2012, estimada em R\$10.462, a qual se encontra integralmente provisionada.
- j) A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2012, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$5.746 (R\$4.101 em 31 de dezembro de 2011).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	2011	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2012
Trabalhistas	7.376	(1.929)	(798)	407	5.056
Cíveis	8.059	2.978	(272)	-	10.765
Tributários	1.756	(1.092)	-	(664)	-
Total	<u>17.191</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.070)</u>	<u>(257)</u>	<u>15.821</u>

Consolidado	2011	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2012
Trabalhistas	8.144	(1.414)	(798)	515	(28)	6.419
Cíveis	9.374	2.992	(350)	23	174	12.213
Tributários	4.597	(1.958)	-	(291)	(77)	2.271
Total	<u>22.115</u>	<u>(380)</u>	<u>(1.148)</u>	<u>247</u>	<u>69</u>	<u>20.903</u>

Controladora	2010	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2011
Trabalhistas	14.210	(6.992)	(208)	366	7.376
Cíveis	5.895	2.364	(200)	-	8.059
Tributários	2.641	(994)	-	109	1.756
Total	<u>22.746</u>	<u>(5.622)</u>	<u>(408)</u>	<u>475</u>	<u>17.191</u>

Consolidado	2010	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2011
Trabalhistas	14.797	(6.914)	(208)	456	13	8.144
Cíveis	7.714	1.763	(200)	31	66	9.374
Tributários	6.898	(2.622)	-	228	93	4.597
Total	<u>29.409</u>	<u>(7.773)</u>	<u>(408)</u>	<u>715</u>	<u>172</u>	<u>22.115</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4/1, de forma que cada 4 ações ordinárias passaram a corresponder a 1 ação, sendo mantido o valor do capital social e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida anteriormente ao grupamento.

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado pelo Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações as quais foram subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações. A liquidação das ações negociadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia, incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.665, líquido dos efeitos tributários de R\$4.978. Esses gastos estão apresentados em conta redutora específica no Patrimônio Líquido.

Em 2012, conforme aprovação do Conselho de Administração, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista o exercício de opções de compra de ações por executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

- b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Os dividendos mínimos obrigatórios destacados em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$14.265, foram pagos em 11 de julho de 2012. Por deliberação dos órgãos da administração, em decorrência do prejuízo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não fará a distribuição de dividendos referentes aos resultados deste exercício.
- c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.
- d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital foi constituída em 2011 e aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, com o objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia e sustentar a sua operação através de investimentos em tecnologia da informação, benfeitorias em imóveis, investimentos em projetos de conteúdos, desenvolvimento, projeto e construção de novas “Venues”.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2012 é de R\$79.582 (R\$85.177 em 31 de dezembro de 2011).

- e) Resultados abrangentes: em 31 de dezembro de 2012, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Resultados abrangentes”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior, no montante de R\$14.204 (R\$5.398 em 31 de dezembro de 2011).
- f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta:				
Serviços	455.171	430.808	747.498	658.152
Produtos	-	-	29.850	25.681
Impostos incidentes	(58.104)	(54.196)	(83.111)	(74.008)
Receita líquida	<u>397.067</u>	<u>376.612</u>	<u>694.237</u>	<u>609.825</u>

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reversão (constituição) de créditos de liquidação duvidosa	105	(7)	(79)	1.035
Serviços de terceiros	(21.812)	(19.467)	(30.688)	(31.814)
Utilidades e facilidades	(3.761)	(3.288)	(6.890)	(3.757)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(35.524)	(35.082)	(52.172)	(52.080)
Outras despesas operacionais	(1.877)	(2.712)	(4.762)	(3.792)
Despesas operacionais	<u>(62.869)</u>	<u>(60.556)</u>	<u>(94.591)</u>	<u>(90.408)</u>
 Gerais e administrativas	 (55.566)	 (52.877)	 (85.933)	 (82.260)
Remuneração dos administradores	(7.303)	(7.679)	(8.658)	(8.148)
Total das despesas por natureza	<u>(62.869)</u>	<u>(60.556)</u>	<u>(94.591)</u>	<u>(90.408)</u>

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caches, direitos autorais e agenciamento de shows	(161.469)	(108.409)	(237.676)	(154.340)
Transportes e locações	(60.082)	(36.106)	(73.093)	(47.519)
Serviços de terceiros	(30.066)	(26.340)	(42.470)	(41.116)
Viagens e locomoção	(19.164)	(11.673)	(24.711)	(13.975)
Utilidades e facilidades	(14.637)	(12.049)	(27.519)	(26.717)
Mídia e publicidade	(22.915)	(18.318)	(39.334)	(33.064)
Depreciação e amortização	(3.075)	(2.718)	(9.872)	(5.580)
Custos de produção	(31.595)	(27.460)	(144.780)	(100.605)
	<u>(343.003)</u>	<u>(243.073)</u>	<u>(599.455)</u>	<u>(422.916)</u>

24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários e bonificações	(21.499)	(19.667)	(37.986)	(35.360)
Despesa de férias	(2.082)	(1.753)	(2.878)	(2.408)
Despesa de 13º salário	(1.427)	(1.236)	(2.334)	(2.180)
Encargos sociais	(7.599)	(6.349)	(13.263)	(11.318)
Participação nos resultados - bônus	(1.463)	(2.299)	(1.448)	(2.598)
Pagamentos baseados em ações	(462)	(1.709)	(462)	(1.709)
Outros benefícios a empregados (i)	(3.180)	(3.232)	(5.465)	(5.258)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(37.712)</u>	<u>(36.245)</u>	<u>(63.836)</u>	<u>(60.831)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(2.188)	(1.163)	(11.664)	(8.751)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	<u>(35.524)</u>	<u>(35.082)</u>	<u>(52.172)</u>	<u>(52.080)</u>
	<u>(37.712)</u>	<u>(36.245)</u>	<u>(63.836)</u>	<u>(60.831)</u>

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(746)	(577)	(2.445)	(1.715)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(377)	(260)	(2.347)	(2.206)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(1.058)	(292)	(1.058)	(292)
Multas - processos contingentes	(18)	(6)	(26)	(23)
Juros com debêntures	(11.724)	(18.725)	(11.724)	(18.725)
Outras	<u>(2.116)</u>	<u>(925)</u>	<u>(4.026)</u>	<u>(1.648)</u>
Total	<u>(16.039)</u>	<u>(20.785)</u>	<u>(21.626)</u>	<u>(24.609)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.322	5.279	1.736	6.674
Rendimentos de aplicações financeiras	14.376	18.969	15.467	20.831
Outras	<u>42</u>	<u>283</u>	<u>352</u>	<u>865</u>
Total	<u>15.740</u>	<u>24.531</u>	<u>17.555</u>	<u>28.370</u>

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(7.785)	(10.797)	(18.352)	(14.231)
Ativas	5.979	11.731	12.882	15.664
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(235)	(489)	(2.056)	(631)
Ativas	478	100	534	144
Total	<u>(1.563)</u>	<u>545</u>	<u>(6.992)</u>	<u>946</u>

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	43	5.622	380	7.773
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(460)	(213)	(491)	(248)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(163)</u>	<u>931</u>	<u>1.989</u>	<u>4.152</u>
Total	<u>(580)</u>	<u>6.340</u>	<u>1.878</u>	<u>11.677</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesa de IRPJ corrente	-	(2.259)	(7.606)	(8.491)
Despesa de CSLL corrente	-	(861)	(1.540)	(1.672)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>13.032</u>	<u>(35.280)</u>	<u>20.968</u>	<u>(35.682)</u>
Total	<u>13.032</u>	<u>(38.400)</u>	<u>11.822</u>	<u>(45.845)</u>

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(18.767)	98.465	(15.779)	106.916
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	6.381	(33.478)	5.365	(36.351)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(1.224)	(248)	(1.267)	(268)
Efeitos da mudança de critério de regime da variação cambial (i)	8.874	-	8.874	-
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(382)	539
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	1.589	1.499
Controlada tributada no exterior	-	-	(2.754)	(1.036)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.291)	5.621	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(157)	(581)	(157)	(581)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	-	(11.391)	-	(11.391)
Incentivos Fiscais	-	-	105	-
Outras	449	1.677	449	1.744
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	<u>13.032</u>	<u>(38.400)</u>	<u>11.822</u>	<u>(45.845)</u>

(i) Conforme disposto na legislação vigente, as variações cambiais podem ser tributadas pelo regime de caixa ou competência. Dessa forma, a Companhia havia adotado a tributação pelo regime de caixa, entretanto, a partir de 1º de janeiro de 2013 a Companhia adotará a tributação pelo regime de competência e consequentemente no encerramento do exercício de 2012 efetuou os ajustes na apuração de imposto de renda e contribuição social requeridos pela legislação fiscal.

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Controladora	31/12/10	Variação (*)	31/12/11	Variação	31/12/12
Impostos diferidos ativos sobre-					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13)	55.589	(16.140)	39.449	(7.134)	32.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	2	49	(36)	13
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.644	(1.799)	5.845	(466)	5.379
Prejuízos fiscais	18.475	(9.541)	8.934	16.009	24.943
Base negativa de CSLL	6.884	(3.243)	3.641	6.178	9.819
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(889)	72	(817)	76	(741)
Variação cambial	(150)	(119)	(269)	269	-
Outras provisões	1.527	466	1.993	(1.865)	129
Total do ativo líquido	<u>89.127</u>	<u>(30.302)</u>	<u>58.825</u>	<u>13.032</u>	<u>71.857</u>

Consolidado	31/12/10	Variação (*)	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/11	Variação	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/12
Impostos diferidos ativos sobre-							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13)	55.589	(16.140)	-	39.449	(7.134)	-	32.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47	1.171	-	1.218	377	(173)	1.422
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.173	(2.586)	109	6.696	(622)	(126)	5.948
Prejuízos fiscais	18.475	(9.541)	-	8.934	21.808	-	30.742
Base negativa de CSLL	6.884	(3.243)	-	3.641	6.178	-	9.819
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	-	-	-	-	(741)	-	(741)
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	2.435	(376)	65	2.124	(544)	(19)	1.561
Total do ativo	92.603	(30.715)	174	62.062	19.322	(318)	81.066
Impostos diferidos passivos sobre-							
Não circulante:							
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.279)	129	(28)	(1.178)	1.377	(2.400)	(2.201)
Variação cambial	(150)	(119)	-	(269)	269	-	-
Total do passivo	(1.429)	10	(28)	(1.447)	1.646	(2.400)	(2.201)
Total líquido	91.174	(30.705)	146	60.615	20.968	(2.718)	78.865

(*) A diferença entre a variação e o saldo registrado no resultado refere-se ao imposto de renda e contribuição diferidos sobre os gastos com emissão de ações, contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	9.853	8.659
Diferenças temporárias dedutíveis	(68)	(444)
	9.785	8.215
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	3.327	2.793

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo

desse seja realizado nos próximos cinco anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	18.258	19.660
2014	19.264	20.666
2015	10.251	11.653
2016	11.405	12.807
2017	<u>12.679</u>	<u>14.079</u>
Total	<u><u>71.857</u></u>	<u><u>78.865</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Notas explicativas	Controladora	
			2012	2011
Debêntures (i)	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	16	(95.925)	(135.681)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	725	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	117.036	217.065
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	53.327	42.303
Fornecedores	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	15	(22.092)	(23.325)
Non Deliverable Forward - NDF	Valor justo por meio do resultado		-	-
Total de exposição			<u>53.071</u>	<u>102.870</u>
Efeito no resultado			<u>2.652</u>	<u>244</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Notas explicativas	Consolidado	
			2012	2011
Debêntures (i)	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	16	(95.925)	(135.681)
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	16	(14.425)	-
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	725	2.508
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	138.598	238.923
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	107.563	59.962
Fornecedores	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	15	(60.255)	(43.988)
Non Deliverable Forward - NDF	Valor justo por meio do resultado		-	-
Total de exposição			<u>76.281</u>	<u>121.724</u>
Efeito no resultado			<u>1.061</u>	<u>1.253</u>

- (i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015 (nota explicativa nº 16).

Em 31 de dezembro de 2012, o valor contábil das garantias descritas na nota explicativa nº 16 a.2, item iii, era de R\$ 9.854.

- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).
- (iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1). Os instrumentos financeiros derivativos (NDF) tiveram seus saldos divulgados a valor justo, cuja análise foi feita através dos preços cotados em mercado, que podem oscilar, considerando os respectivos prazos de liquidação. Estes derivativos são classificados na categoria nível 2.

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

A NDF contratada em 12 de janeiro de 2012, no valor de USD 10.000.000 com taxa de 1,8077 foi liquidada em 01 de março de 2012.

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia contratou NDF, no valor de USD 10.000.000 com taxa de 2,0549 que foi liquidada em 13 de novembro de 2012.

No exercício findo não há contratos de instrumentos financeiros derivativos (NDF) em aberto na Companhia e em suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	725	2.508	725	2.508
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	-	531	1.423
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	16.257	14.751	-	-
Mútuo com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	568	-	-	-
Mútuo com acionistas e controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(12.860)	(14.547)	-	-
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(165)	(6.100)	(1.288)	(8.175)
Total de exposição			<u>4.525</u>	<u>(3.388)</u>	<u>(32)</u>	<u>(4.244)</u>
Efeitos no resultado			<u>(2.046)</u>	<u>1.698</u>	<u>(191)</u>	<u>534</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de dezembro de 2012 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco

Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	2012	Controladora		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 7,25%	CDI - 9,06%	CDI - 10,88%
Debêntures	(95.925)	(104.999)	(106.771)	(108.553)
Aplicações financeiras	117.036	125.580	127.713	128.820
Exposição líquida	21.111	20.581	20.943	20.268

	2012	Consolidado		
		Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI-7,25% e TNA-25,19%	CDI-9,06% e TNA-31,49%	CDI-10,88% e TNA-37,79%
Debêntures	(95.925)	(104.999)	(106.771)	(108.553)
Empréstimos e financiamentos	(14.425)	(18.058)	(18.967)	(25.661)
Aplicações financeiras	138.598	148.144	150.660	152.153
Exposição líquida	28.248	25.087	24.923	17.940

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$2.122 e negativo de R\$2.100 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,06% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2012.
- (ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.483 e negativo R\$2.264 (controladora e consolidado, respectivamente).
- (iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.809 e negativo de R\$9.248 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de cambio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de dezembro de 2012 a Administração estimou as taxas futuras de cambio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Controladora			
	Cenário			
	2012	Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	725	745	931	1.118
Mútuo com controladas argentinas	16.257	15.692	19.614	23.537
Mútuo com controlada chilena	568	584	730	876
Mútuo com acionistas e controladas no exterior	(12.860)	(13.216)	(16.519)	(19.823)
Fornecedores	(165)	(170)	(212)	(254)
Exposição líquida	4.525	3.634	4.544	5.453

	Consolidado			
	Cenário			
	2012	Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	725	745	931	1.118
Aplicações financeiras	531	546	682	819
Fornecedores	(1.288)	(1.324)	(1.655)	(1.985)
Exposição líquida	(32)	(33)	(42)	(48)

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$2.937 e R\$192 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.
- (ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$2.027 e R\$201 (controladora e consolidado, respectivamente).
- (iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.118 e negativo de R\$207 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras

gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito onde cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		2012	2011
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais	25.793	24.244
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	45.520	82.743
		<u>71.313</u>	<u>106.987</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito;

(iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em dezembro de 2012 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até o 1º ano	11.591	15.184
Do 2º ao 5º ano	39.779	49.235
Após o 5º ano	<u>57.596</u>	<u>59.661</u>
Total	<u>108.966</u>	<u>124.080</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$127.465 mil e US\$20.120 mil, respectivamente.

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$7.031 e R\$7.015, respectivamente.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado 2011</u>	<u>Valores registrados no resultado 2012</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.256.667	983	-	-
2008	505.576	645	127	-
2010	119.373	81	79	28
2012	438.300	-	256	1.033
Total	<u>2.319.916</u>	<u>1.709</u>	<u>462</u>	<u>1.061</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado							
Datas de outorga	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10	04/07/12	24/10/12
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1	4	9
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/9/2014	1/10/2014	15/7/2015	23/2/2017	1/3/2017	15/4/2013	15/4/2013
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 contrato não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93	16,41	16,41
Valor justo por opção – R\$:	(i)						
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	0	5,04	1,54
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5	5,00	1,95
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23	4,95	2,17
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75	4,89	2,31

(i) Um plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Conforme aprovações do Conselho da Administração da Companhia, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”,

no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

b) Informações geográficas

Consolidado 2012				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	423.220	111.864	159.152	694.236
Custos	(521.206)	(78.249)	-	(599.455)
Lucro bruto	(97.986)	33.615	159.152	94.781
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(26.612)	(32.929)	-	(59.541)
	(124.598)	686	159.152	35.240
Despesas administrativas				(39.956)
Resultado financeiro				(11.063)
Lucro antes dos impostos				(15.779)

Consolidado 2011				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	370.286	100.521	139.018	609.825
Custos	(359.822)	(63.094)	-	(422.916)
Lucro bruto	10.464	37.427	139.018	186.909
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(19.209)	(20.198)	-	(39.407)
	(8.745)	17.229	139.018	147.502
Despesas administrativas				(45.293)
Resultado financeiro				4.707
Lucro antes dos impostos				106.916

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

<u>Abertura geográfica dos resultados</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita líquida		
Argentina	147.221	99.253
Brasil	484.065	464.468
Chile	62.950	46.104
	<u>694.236</u>	<u>609.825</u>
Lucro bruto		
Argentina	16.074	15.910
Brasil	82.357	160.836
Chile	(3.650)	10.163
	<u>94.781</u>	<u>186.909</u>
Lucro (prejuízo) operacional		
Argentina	(8.577)	2.466
Brasil	2.413	96.853
Chile	(9.615)	7.597
	<u>(15.779)</u>	<u>106.916</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$33 na controladora e R\$55 no consolidado (R\$495 na controladora e R\$705 no consolidado em 31 de dezembro de 2011).
- Retenção de dividendos da ex-acionista controladora CIE Internacional S.A, de C.V. no montante de R\$1.393 (R\$8.804 em 31 de dezembro de 2011), referentes à liquidação parcial da dívida com a Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 12.
- Provisão de valores referente a dividendos mínimos obrigatórios a receber de controladas no montante de R\$3.871 (R\$2.555 em 31 de dezembro de 2011).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$742 (R\$8.038 em 31 de dezembro de 2011).
- Baixa de imobilizado para contribuição de capital na Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., no montante de R\$12.300, e imposto de renda sobre ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R\$2.400. E adição de imobilizado para contribuição de capital de acionistas não controladores no montante de R\$6.715.

34. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2012	2011
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(5.735)</u>	<u>60.065</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>69.495.511</u>	<u>69.377.724</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação	<u>71.139.655</u>	<u>67.222.804</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	<u>(0,0825)</u>	<u>0,8658</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	<u>(0,0806)</u>	<u>0,8935</u>

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 19 de fevereiro de 2013.